



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta. Audiência pública. Debater a Unasul e a integração sul-americana: as relações comerciais, o financiamento da infraestrutura logística e a integração social e política da América do Sul.

Requerimento de audiência nº 4, de 2013, Senador Eduardo Suplicy e outros.

Convidados.

Já está aqui na mesa o Professor José Carlos de Assis, Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para Integração da América do Sul – Intersul.

Convido nosso Professor Samuel Pinheiro Guimarães Neto, ex-Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, diplomata, ex-Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que muito nos honra com sua presença aqui.

Chamo a Srª Monica Bruckmann, Assessora da Secretaria-Geral da União de Nações Sul-Americanas – Unasul.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão.

O Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores estão encerrando debate no plenário do Senado Federal e estão vindo para esta audiência pública.

Passo a palavra para a Srª Monica Bruckmann, Assessora da Secretaria-Geral da Unasul, primeira expositora.

Com a palavra.

A SRª MONICA BRUCKMANN – Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Dr. José Carlos de Assis, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, boa noite.

Eu queria começar agradecendo pelo convite para participar destas sessões de discussão, que sei que acontecem toda segunda-feira. A proposta é do Senador Eduardo Suplicy, a quem parablenzo pela iniciativa. Acho que discutir a integração da América Latina, da América do Sul é uma das questões da maior importância nesse momento em que as enormes fortalezas que a região tem, em relação ao conjunto de possibilidades, só podem ser viabilizadas através da união dos nossos governos, dos nossos países e dos nossos povos.

Não sei quanto tempo temos, mas vou me permitir apresentar algumas ideias que vimos trabalhando, que fazem parte de uma pesquisa desenvolvida já há alguns anos, no contexto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que se aprofundaram através da colaboração com a União de Nações Sul-Americanas, especificamente a Secretaria-Geral da Unasul.

Nós vivemos um momento de grande importância na região. A região tem enormes potencialidades num contexto em que a estrutura do poder mundial



e a estrutura econômica, especificamente, passam por rearranjos extremamente importantes.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 do PNUD, na introdução, diz uma coisa bastante interessante, que eu queria observar no início desta fala. Eles dizem que o sul sempre precisou do norte, mas cada vez mais o norte precisa do sul. Entre outras coisas, além do dinamismo econômico, uma coisa que se reconhece no sul é uma diversidade muito grande, que não é mais um impedimento: uma diversidade étnica, cultural, civilizatória. Não é mais um impedimento, mas é a possibilidade de enriquecimento e de encontrar novas formas de convivência humana no planeta. Quer dizer, nós estamos passando de uma visão de choque de civilizações para uma visão, como eles chamam, de aliança de civilizações. Acredito que isso faz parte de um movimento planetário de incluir a diversidade como parte da riqueza das nossas civilizações, mas também dos nossos povos. Uma das coisas mais marcantes da América Latina contemporânea talvez seja a diversidade dos processos econômicos, políticos que estamos vivendo, mas também a diversidade étnica, cultural e civilizatória da nossa região.

A União de Nações Sul-Americanas, apesar da sua curta vida de pouco mais de quatro anos, tem passado por um processo de institucionalização muito importante. Além do Conselho de Chefes e Chefes de Estado, que se reúne uma vez por ano, ordinariamente, temos em pleno funcionamento o Conselho de Ministros de Relações Exteriores dos países-membros, mas também temos doze conselhos setoriais, ministeriais, que vêm atuando muito dinamicamente. Entre os últimos conselhos ministeriais criados, o de Educação, Ciência e Tecnologia já está em pleno funcionamento. Essa tem sido uma fase inicial extremamente importante, que coloca a União de Nações Sul-Americanas com grande capacidade de atuação política, mas com crescentes possibilidades de atuação econômica para aprofundar os processos e os projetos de integração continental.

O que eu queria mostrar nessa primeira lâmina é um quadro publicado pelo serviço geológico dos Estados Unidos. O quadro é publicado todos os anos, atualizado ano a ano, e mostra a dependência dos Estados Unidos em relação a minerais estratégicos selecionados, que os Estados Unidos têm que importar de outras regiões e países, sobretudo da América Latina.

Vou me permitir mostrar rapidamente aqui. Vocês veem, na coluna da esquerda, os minerais estratégicos selecionados, de cuja importação os Estados Unidos dependem. Na coluna da direita, os países dos quais esses minerais são importados. As barras azuis são o nível de dependência das importações líquidas, portanto, exportação menos importação.

O interessante desse gráfico é que, como a gente pode ver, esse primeiro grupo, de mais ou menos 76 minérios estratégicos, impacta diretamente 14% do Produto Interno Bruto. Quer dizer, têm uma importância muito grande na economia dos Estados Unidos. Os Estados Unidos dependem 100% de



importações. Temos um segundo grupo, de mais ou menos 22 ou 23 minerais estratégicos, em relação ao qual os Estados Unidos dependem 50% a 98%. E um terceiro grupo, do qual depende até 49%.

Se virmos de onde vêm esses minerais estratégicos, em primeiro lugar, encontramos a China; em segundo lugar, os vários países da América Latina. Mas temos um processo em andamento e se aprofundando, que é o fato de que a China está deixando de exportar esses minerais estratégicos para os Estados Unidos porque ela própria emerge, na economia mundial, como grande demandante de recursos naturais, sobretudo minerais metálicos. Os Estados Unidos estão tendo que importar, preencher esse déficit, dos países da América Latina, particularmente da América do Sul.

Quando observamos quais são esses minerais, temos, nesse grupo de 100% de dependência, minérios tão importantes como o nióbio. Vocês devem ter conhecimento de que 98% das reservas de nióbio, em nível mundial, se encontram no Brasil. O nióbio é um minério muito usado na indústria aeroespacial, porque é um minério que produz ligações de alta resistência. Além disso, o nióbio tem um conjunto de aplicações na indústria naval, porque evita a corrosão de outros minerais. Então, é um minério profundamente importante para o desenvolvimento científico-tecnológico na área aeroespacial, e os Estados Unidos dependem 100% de importações do Brasil. Segundo as nossas pesquisas, até agora não verificamos que o Brasil tenha uma política estratégica em relação ao nióbio, por exemplo, dada a importância que esse minério tem para a economia mundial e dada a importância das reservas brasileiras em relação às reservas mundiais.

Outro minério fundamental, do qual os Estados Unidos dependem 100% das importações, e a China também, é o lítio. Eu queria apenas chamar a atenção muito rapidamente para o uso industrial do lítio. O lítio é um minério usado para a produção de baterias recarregáveis de quase todos os dispositivos eletrônicos produzidos e consumidos no planeta. Sua alta densidade de armazenamento de energia faz dele um insumo fundamental na produção de novas gerações de baterias de lítio, de lítio e gás, de lítio e íon.

Aqui eu vou avançar um pouquinho para me referir ao lítio.

Este aqui é um gráfico que mostra a produção mundial de baterias recarregáveis de 1994 a 2008. Se nós observarmos os dados de 2006, veremos que a tecnologia anterior de níquel e cádmio começa a decair para dar um lugar muito maior à produção de baterias de lítio, que, em mais de 50%, começam a ser produzidas em 2006. E nós poderíamos dizer sem temor de errar que, para 2012, praticamente todas as baterias recarregáveis produzidas a partir do lítio dominam a produção e o comércio mundial de baterias recarregáveis.

Talvez o uso industrial mais importante do lítio seja a produção dos veículos híbridos elétricos. Os veículos híbridos elétricos usam baterias recarregáveis, que podem ser recarregadas em qualquer tomada de 220 volts



doméstica. A recarga não dura mais do que cinco minutos. As principais montadoras de veículos não estão mais produzindo protótipos, mas veículos que estão sendo comercializados no mercado mundial e que estão crescendo no tamanho, porque estão produzindo novos materiais, com a dureza do aço, mas com o peso do plástico, o que quer dizer que quando os veículos híbridos elétricos vierem a ser usados, por exemplo, no transporte público, seguramente estaremos diante de um horizonte de mudança de padrão energético no transporte de energia fóssil para energia limpa armazenada em baterias de lítio.

Pois bem, 96% das reservas de lítio em nível mundial, estão na América do Sul, em três países basicamente: Bolívia, Argentina e Chile.

Até dez anos atrás, as reservas mundiais de lítio ascendiam a 13 milhões de toneladas métricas e com as descobertas das reservas de lítio na Bolívia que ascendem a 100 milhões de toneladas métricas de lítio, as reservas mundiais se multiplicaram em quase nove vezes.

Eu me pergunto quando vejo os dados: será que a região vai se conformar, sendo exportadora de lítio, de matéria-prima sem valor agregado, ou nós temos plenas capacidades e possibilidades, podemos pensar em megaprojetos de produção de baterias recarregáveis de lítio e inclusive megaprojetos para fabricação de veículos híbridos elétricos, veículos que têm melhorado de forma impressionante a *performance* do seu desempenho? São veículos que têm um nível de aceleração de 0km a 180km, nos primeiros dez segundos em que se coloca o veículo em marcha, o que não existia há cinco, seis anos atrás. E são veículos que representam a possibilidade de que a região, que tem grandes capacidades de produção de energia limpa, possa desenvolver um projeto continental. Certamente um projeto dessa envergadura, que vai competir com um conjunto de interesses extracontinentais, só pode ser viabilizado através de um processo de integração cada vez mais abrangente e mais profundo.

Eu queria mostrar para vocês alguns dados, rapidamente, que nos levam a concluir que esse enorme potencial que tem a região em relação a reservas importantes de recursos naturais estratégicos pode servir de base para uma política, uma estratégia continental de aproveitamento dos mesmos para o desenvolvimento local e regional.

Vejam vocês aqui que esse gráfico mede a importância que tem a América Latina em relação a esses minerais estratégicos aos quais nos referimos na primeira tabela e em relação aos quais os Estados Unidos dependem profundamente de importações e exportações da região. As barras verdes são as reservas da América Latina, as barras vermelhas são as reservas da China e as barras azuis as reservas dos Estados Unidos.

Certamente fica evidente o peso da região em relação a reservas desses minérios estratégicos, em relação, por exemplo, aos Estados Unidos ou à China, que também é um grande produtor, mas cuja necessidade de consumo excede a sua capacidade de produção. E uma das razões pelas quais, nos últimos



vinde anos, a China se aproxima crescentemente disso – que, hoje em dia, podemos dizer que é o primeiro aliado comercial da região, primeira origem de importações e o segundo destino de exportações – é justamente a partir da necessidade que tem a economia chinesa e o modelo de desenvolvimento chinês de minerais fósseis, minerais não fósseis e produtos alimentícios que provêm da América Latina.

Esse aqui já é um gráfico que mostra apenas as reservas dos minerais estratégicos cujas principais reservas estão na América do Sul, vejam vocês. No caso do lítio, do nióbio, do tantálio, mais de 95% das reservas mundiais estão na América Latina; ouro, prata, rênio, cobre, 39% das reservas mundiais.

Eu queria mostrar, aqui, o quanto é possível pensar numa política do sul, a partir da afirmação da cooperação sul-sul, para avançarmos numa estratégia de gestão soberana dos recursos naturais. Esse aqui é um gráfico que mede as reservas que tem a América do Sul, as barras verdes; as reservas da Austrália são as barras roxas; as reservas da China, as barras vermelhas; e as reservas da África do Sul são as azuis. Vejam vocês a importância que tem o sul do Planeta em relação às reservas de recursos minerais não fósseis.

Isso aqui nos pode levar a pensar na possibilidade de uma estratégia sul-sul de gestão a partir da cooperação e da coordenação permanente em relação a essa grande possibilidade que representam as reservas de minerais metálicos no sul do Planeta. Aqui, não temos considerado a Rússia. Seguramente com a Rússia nós incrementaríamos muito a posição do sul, não só o sul geográfico, mas o sul político do Planeta em relação a minerais metálicos.

Em relação aos minerais fósseis, os dados da BP Oil para 2011 mostram que a nossa região, América do Sul, é a segunda região em relação às reservas de minerais fósseis, sobretudo petróleo e gás, em nível mundial. Só depois o meio oriente com reservas totais de 325 milhões de barris de petróleo.

Essa quantificação, que são reservas provadas, ainda não inclui o potencial das reservas do pré-sal no Brasil nem na faixa do Orinoco, na Venezuela, o que poderia levar a região a ser a mais importante em relação às reservas mundiais de petróleo e, conseqüentemente, de gás, que é um mineral fóssil associado ao petróleo.

Eu queria mostrar isso apenas para pensar o grande potencial que tem a região também na produção de energia a partir de minerais fósseis.

Porém existe um outro elemento de grande importância geopolítica em nível mundial: as reservas hídricas. Segundo dados da Faosat, de 28 a 30% das reservas de água doce em nível mundial estão na América do Sul, apenas nesses três aquíferos, que são os três grandes aquíferos: o Aquífero Amazonas; o Aquífero Maranhão; e o Aquífero Guarani. Com uma característica adicional: as nossas reservas têm 100% de capacidade de reposição através das chuvas por ser uma região tropical. No caso da África, que tem mais aquíferos que a América do Sul, mas cujas dimensões das reservas são menores, nós temos aqui nessa



região norte a água praticamente como um recurso natural não renovável, pelo baixo nível de chuvas; e a África subsaariana, com uma capacidade maior de reposição, tem passado por 20 anos de exploração da água para abastecer o mercado europeu, a partir de 3 ou 4 empresas transnacionais engarrafadoras que atendem o mercado europeu.

As reservas de água da Europa são poucas, de baixa qualidade, porque são bastante contaminadas e são bastante preservadas.

Vemos aqui nessa análise geopolítica da água que as reservas que se encontram no norte da Índia têm uma pressão muito grande do próprio país, mas também as reservas de água do sudeste Asiático e da Eurásia têm uma pressão muito grande de consumo da China.

No caso dos Estados Unidos, eles estão enfrentando um gravíssimo problema que é o consumo das reservas de água. Segundo os especialistas, os Estados Unidos perdem mais ou menos um metro da capa freática de água por ano. Entre outras razões, porque a capacidade reposição de seus aquíferos é menor que o consumo que esse país tem e também porque os Estados Unidos têm cidades de grande demanda de água doce, criadas no meio do deserto, como Las Vegas, o que vem a ser uma grande pressão nos aquíferos do país.

Esse mapa mostra a extração nacional total de água subterrânea por país. Vemos aqui, então, que tanto Estados Unidos, quanto Índia são países que maior extração de água doce têm em relação aos outros países e nós, na América do Sul, ainda estamos com um nível de extração bastante baixa.

Os dados indicam que a América do Sul poderia multiplicar em nove vezes o consumo de água como região e ainda assim não atingiria uma gota só das reservas de água. Temos aqui, exatamente na região Norte do Brasil, a descoberta do Aquífero Alter do Chão, que ainda não foi suficientemente pesquisado, mas os estudos preliminares indicam que esse aquífero teria o dobro das reservas de água do aquífero Guarani que é um dos maiores do mundo. Portanto, a região poderia ir muito além dos 30% das reservas mundiais de água, se aproximando de 40% das reservas mundiais de água.

Onde há alta concentração e grandes reservas de água temos também grande concentração de biodiversidade, de ecossistemas e de pisos ecológicos. Esse aqui é um gráfico feito a partir dos dados do convênio de diversidade biológica que indicam a altíssima concentração de biodiversidade que a região tem em comparação aos outros países. Vejam vocês que esse aqui é o índice de diversidade biológica que vai de zero a um; zero, pouca ou nenhuma diversidade biológica; e um é a taxa máxima de diversidade biológica, que é o caso, por exemplo, de Indonésia. Vejam vocês que a Colômbia vem em primeiro lugar, com 0,93, e Brasil e Equador, em segundo lugar, com 0,87 de índice de biodiversidade.



Apenas 25% dos 190 países do mundo superam o índice de biodiversidade maior do que 0,6. Dez dos doze países da América do Sul superam esse índice, quer dizer, 83% dos países da região sul superam esse índice.

A diversidade biológica é um elemento a ter em conta porque ela é a base da pesquisa mais importante, a pesquisa de ponta que a humanidade está desenvolvendo nesse momento, que é a biotecnologia e o estudo do genoma. Segundo dados de uma pesquisadora argentina, só para citar um exemplo, o Banco Mundial teve 134 projetos de pesquisa de biotecnologia no aquífero Guarani, de 2000 a 2006, em caráter de exclusividade. Depois de anos de pesquisa, o Banco Mundial se retirou sem deixar nenhuma folha dos resultados dessa pesquisa em uma região de grande concentração de biodiversidade como a tríplice fronteira a partir da grande concentração de água do aquífero Guarani.

Então, o que queria colocar aqui é apenas a ideia de que é necessário pensar essa enorme riqueza que a região tem em termos de ser uma região de grande concentração de biodiversidade, não apenas de um ponto de vista ambiental, mas também de um ponto de vista estratégico, como sendo objeto das pesquisas científicas mais importantes que a humanidade está desenvolvendo neste exato momento.

Junto a esses indicadores que colocam a região com esse nível de importância em nível planetário, temos aqui a outra face da moeda, que seria a perda dessa biodiversidade, o que nos leva a pensar que a região precisa urgentemente desenvolver políticas continentais de conservação e de proteção dessa diversidade biológica, dessa enorme riqueza.

Vejam aqui vocês: esse é o estado de conservação de espécies de plantas medicinais, em diversas regionais geográficas. E a América do Sul é a segunda região em perda ou em número de plantas medicinais em situação de ameaça de extinção, vindo depois apenas da África.

Esses são os dados que mostram a alteração anual da superfície florestal, por regiões, de 1990 a 2005. A região da América Latina e o Caribe tem perdido, de 1990 a 2000, em dez anos, mais de 4 milhões de hectares e, de 2000 a 2005, quase 4,5 milhões de hectares. Temos a floresta úmida mais importante do planeta e também o nível de perda mais importante do planeta.

Aqui, esses dados são inversamente proporcionais à alteração anual na superfície florestal na Ásia Oriental, que ganhou mais ou menos o mesmo que a nossa região perdeu: quase 4 milhões hectares, graças a uma política de reflorestamento muito importante levada adiante pelo governo da China, sobretudo desde os anos 80.

Não vamos ter tempo para aprofundar a dinâmica, nem o comportamento da China nessa complexidade da redefinição das estruturas de poder mundial e dessa redefinição econômica que mostra que o sul tem um crescente dinamismo e um impacto cada vez maior nessa dinâmica econômica mundial. Apenas queria chamar a atenção para o fato de que a China, sendo um



grande produtor de minerais metálicos, por exemplo, é um grande consumidor, mas produz na medida em que incrementa o seu consumo, e não o contrário. E a China mostra para quem pesquisa os documentos e as políticas concretas em relação ao setor de recursos naturais uma visão estratégica muito bem definida.

Aqui nós temos a produção de cimento para atender o crescente mercado, o fenômeno de criação de infraestrutura, a partir dos anos 90, sobretudo, como podemos ver aqui. Houve um incremento muito forte, portanto, do consumo de cimento e um incremento da produção e consumo de cobre. Mas vejam vocês aqui que, no caso do cobre, por exemplo, a China tem um incremento muito grande de produção de cobre, mas o consumo é maior. E esse déficit mostrado aqui, para 2012, é ainda maior. E esse déficit é preenchido a partir de importações da América Lática, particularmente da América do Sul. Entre o Peru e o Chile, a América do Sul tem praticamente 40% das reservas mundiais de cobre. Grande parte dessas reservas e dessa produção é exportada para a China. Nem o Chile nem o Peru têm uma política conjunta de produção nem de negociação com a China, em relação ao cobre.

Esses dados do CEPAL mostram que a China tem se convertido no primeiro sócio, aliado comercial da região já em 2008. Em menos de 8 anos, tem subido posições importantes, sendo origem das importações e destino das exportações dos principais países da região.

Em 2008, a China desenhou, aprovou, elaborou uma política para a América Latina. Na introdução desse documento – cuja divulgação considero da maior importância, porque mostra os eixos estratégicos da China em relação a sua aproximação com a América Latina – diz o seguinte:

Seguindo invariavelmente o caminho de desenvolvimento pacífico e estratégias abertura baseadas no benefício recíproco e ganho compartilhado, a China, o maior país em vias de desenvolvimento do mundo, está disposto a desenvolver a amizade e cooperação com todos os países sobre a base dos cinco princípios de coexistência pacífica, a fim de promover a construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e de prosperidade compartilhada.

Eu queria mostra isso apenas para assinalar que nesse documento se diz também que a China está disposta a negociar com os países da região, mas com a região no seu conjunto. E isso não é porque a China quer melhorar os termos de intercâmbio da região em relação aos recursos naturais que ela exporta para esse país, mas que a ela interessa garantir a sua segurança energética, a sua segurança alimentar e, portanto, é muito mais importante negociar regionalmente do que individualmente.



Apenas para finalizar, eu quero mostrar o que região está fazendo em relação à China. Essa aqui, são as exportações da países da América Latina para a China que mostram que, essa barra azul, a participação das exportações totais dos produtos primários passaram, desde 1995, de 38% ou 39%, para quase 70% do total das exportações. Quer dizer, em oito anos, passamos de 38% para 70% de matérias-primas sem valor agregado em relação ao total de exportações. Portanto, podemos dizer que temos reprimarizado a pauta exportadora em relação à China, no momento em que a região poderia estar perfeitamente agregando valor, pois tem grandes possibilidades de melhorar os termos de intercâmbio e de comercialização com a China a partir, por exemplo, de transferência tecnológica, de projetos de industrialização nacionais, regionais, o que poderia mudar radicalmente esse panorama aqui.

Então, o que a Unasul está fazendo neste momento? Há mais de um ano, vem discutindo uma política e uma estratégia continental de aproveitamento de seus recursos naturais para o desenvolvimento integral da região que aproveite essa grande força que ela tem não só para melhorar os termos de intercâmbio, de *commodities* e das matérias-primas que produz, mas sobretudo para fazer avançar os processos de industrialização desses recursos naturais, de gestão ambiental, para diminuir o impacto ambiental da atividade extrativa, de transformação e de gestão científica e tecnológica que seja capaz de suportar esses processos de industrialização.

Enfim, são os grandes desafios que temos à frente e que seguramente serão objeto de maiores debates nesta reunião.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem. Agradeço a Monica Bruckmann que é Assessora da Secretaria-Geral da Unasul.

Passo a palavra agora ao Professor José Carlos de Assis, Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul).

Quero só dizer que a TV Senado passa a transmitir ao vivo. Vai haver várias reprises, durante a semana, desta nossa audiência pública, mas, agora, neste momento, está transmitindo ao vivo. Quero inclusive registrar que esta é uma audiência pública para debater a Unasul, a integração sul-americana, as relações comerciais e o financiamento da infraestrutura logística e a integração social e política da América do Sul.

Nós estamos com a Monica Bruckmann, que é Assessora da Secretaria-Geral da Unasul; com o Professor José Carlos de Assis, que é Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul); e com o nosso grande professor, ex-Secretário-Geral do Ministério de Relações Exteriores, diplomata, ex-Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Samuel Pinheiro Guimarães Neto.



Passo a palavra para o Sr. José Carlos de Assis, dizendo que estamos estipulando um tempo máximo de 20 minutos para que possamos aprofundar o debate, que terá, depois, a participação dos Srs. Senadores.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Senador Lindbergh, meu caríssimo amigo, sinto-me honrado com o convite para participar desta reunião, ao lado do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e da também grande amiga Drª Monica Bruckmann.

Em relação ao senhor, quero dizer inicialmente que se trata de uma promessa da política brasileira, mas não posso dizer isso, porque eu acho que já é uma promessa realizada, pelo fato de estar comandando uma Comissão de tal importância dentro do Senado brasileiro, o que indica a realização do seu potencial político que provavelmente vai alcançar novos rumos não muito distante.

Eu vou tentar ser bem breve na parte inicial para me articular com a exposição da Prof. Monica.

Quero falar do contexto geral da crise mundial para situar o processo de integração sul-americana dentro do contexto. Essa crise, como todo mundo sabe, nasce de uma especulação doentia dentro do mercado hipotecário americano e do mercado de derivativos, transforma-se numa crise bancária privada, é exportada dos Estados Unidos para a Europa como crise bancária e força os governos da Europa a salvar os seus bancos e estatizar alguns deles, como fizeram com os dois maiores bancos ingleses, que foram estatizados, de países que são avessos à ideia da estatização e que, no entanto, foram obrigados a isso, coisa de que se perde a perspectiva. A Alemanha, outra privatista, quase teve que estatizar o Commerzbank.

Os países tiveram que confrontar com seu histórico antiestatizante, vamos dizer assim, senão não teriam como salvar seus bancos, mas nesse processo criaram uma crise fiscal, ou seja, para salvar os bancos, os governos tiveram que entrar com muito dinheiro, com isso, sacrificando seus orçamentos e entrando em déficit fiscal grande e em dívidas públicas grandes.

Todos os países europeus, talvez com exceção da Grécia, estavam numa situação fiscal considerada ótima pelos conservadores, abaixo de 60% do PIB de dívida pública, abaixo de 3% do PIB de déficit anual no orçamento e, não obstante, entraram numa crise gigantesca, do ponto de vista fiscal, para salvar o sistema bancário privado.

A reação inicial a essa crise, como todo mundo provavelmente se lembra, talvez nem todo mundo, foi uma reação keynesiana, quer dizer, nas reuniões iniciais do G-20 em Washington e depois em Londres e em São Petersburgo, houve um consenso geral em torno de políticas fiscais expansivas, quer dizer, os governos teriam que expandir os seus gastos para que incentivassem a retomada do investimento e do emprego. Naquele susto, que foi o início da crise, todo mundo se tornou keynesiano. Eu lembro que até Sarkozy, o Presidente da França, dizia isto: “Agora nós todos somos keynesianos”. Mas isso



durou pouco, porque a economia começou a se recuperar, que dizer, apesar do mergulho de 2009, quando chegou o fim de 2009, já se apontava para uma melhoria nos Estados Unidos e na Europa.

Então, entrou outro mantra para ser discutido, sob a liderança da Alemanha, de Londres, da Inglaterra. Tinha mudado o governo inglês, os trabalhistas perderam a eleição e os conservadores, com Cameron, ganharam as eleições. A França, com Sarkozy mudando de lado... Quer dizer, esses três países resolveram entrar no que eles chamavam de “*Exit Strategy*”, quer dizer: “estratégia de saída”, o que, na verdade, era um nome bonito para dizer o seguinte: é preciso sair das políticas fiscais expansivas, os Estados têm que parar de gastar, têm agora que fazer austeridade fiscal para acabar com a dívida e para acabar com o déficit. Isso aconteceu na reunião do G-20 em Toronto, no Canadá, no começo de 2010.

A partir daí, a Europa entra de novo em crise e uma crise profunda. Por quê? Porque em situação de recessão, você tem três caminhos possíveis para superá-la: um é a política fiscal, ou seja, expansão do gasto público; outro é a política monetária expansiva, quer dizer, você disponibilizar mais dinheiro para que o setor privado retome os investimentos; o terceiro é a política de aumento de exportações, porque, na verdade, a exportação cria demanda ao setor industrial. Mas a gente sabe, desde a década de trinta, quando a expressão “armadilha de liquidez” foi criada por Keynes, que a política monetária não funciona em certas situações de recessão, quer dizer, você disponibiliza dinheiro à vontade, com taxa de juros zero e mesmo assim o setor privado não toma o dinheiro emprestado para investir. Por quê? Porque não tem demanda. Ele não vai fazer investimento e criar obrigações, mesmo a custo zero, se não tiver perspectiva de vender. Então, a política monetária não funciona.

A política fiscal, por razões políticas que vou explicar logo em seguida, foi travada, quer dizer, todos os países foram obrigados a, em vez de fazer expansão fiscal, fazer contração fiscal. Então, o que sobrou? Sobrou exportação.

Então, todos os países industrializados avançados – e esta é uma situação nova no mundo inteiro, na história inteira do capitalismo – passaram a uma política exportadora, por quê? Porque, nos Estados Unidos – quando se deu a reunião de Toronto, em que Alemanha, França e Inglaterra decidiram por uma política de austeridade fiscal –, o Obama ficou contra e a China ficou contra, queriam continuar com as políticas de expansão, mas o Partido Republicano Americano impôs uma derrota a Obama, que tentou fazer uma política de expansão de quatrocentos e poucos bilhões de dólares – ele já tinha feito uma de US\$787 bilhões em 2009, queria fazer uma outra de quatrocentos e tantos bilhões. Não conseguiu, porque o projeto foi engavetado pelo Partido Republicano na Câmara.



Então, todos os países industrializados avançados.. E aí que estamos em risco: todos os países. Nos Estados Unidos, o Obama foi obrigado a perguntar: “Eu estou cercado; pelo lado fiscal, a política monetária não funciona; o que eu tenho que fazer? Aumentar as minhas exportações.” E os Estados Unidos passaram a ter como prioridade dobrar as exportações em cinco anos, o que foi anunciado no programa do Obama sobre o Estado da União em 2010 e reiterado em 2011 e 2012. Dobrar as exportações em cinco anos.

O Japão entrou em desespero para aumentar as exportações, inclusive fazendo uma brutal desvalorização do lene. E a Europa não tinha saída, porque, diante da política alemã de austeridade imposta conjuntamente pela Inglaterra e pela França, a única saída que eles tinham é aumentar as exportações. Então, o conjunto dos países industrializados, mais a China – que continua uma economia liderada por exportações –, está desesperadamente tentando aumentar as exportações. Para quem? Só pode ser para nós.

Quando você quer fazer superávits comerciais – e não se trata apenas de aumentar exportações, mas de aumentar o superávit comercial –, tem que ter alguém para fazer o déficit, porque isso é um jogo de soma zero: um faz superávit, o outro faz déficit. Então, alguém vai ter que pagar a conta. Quem vai pagar a conta? Os emergentes, os subdesenvolvidos.

E, desde então – quer dizer, sobretudo a partir de 2010, mas isso foi acentuado em 2011, 2012 e 2013 –, entramos numa fase de *dumping* comercial dos países industrializados avançados, através de políticas agressivas do ponto de vista cambial e através de políticas agressivas do ponto de vista de subsídios e de esforço exportador.

Nós já estamos em déficit com nossa balança comercial. É uma coisa que, há cinco, seis anos, era impensável, mas já estamos em déficit. E os países da América do Sul também estão em déficit, estão entrando em déficit, inclusive aqueles que eram apresentados como um emblema do sucesso econômico: Chile, Peru. Em todos, os superávits comerciais estão desabando ou já estão entrando em déficit.

Essa é uma situação política nova no mundo, porque nunca aconteceu isto: uma combinação de esforço político dos países industrializados avançados em fazer superávits comerciais com o resto dos países, por quê? Porque normalmente era o contrário que acontecia: para sair de uma crise, um país subdesenvolvido era submetido a regras do FMI justamente para aumentar as exportações. Para quem? Para os países desenvolvidos. O padrão da política de austeridade do FMI para os países em desenvolvimento sempre foi esse. Quando o Brasil entrou em crise da dívida externa, ele foi forçado a fazer o quê? Política de superávit comercial. Mas agora acontece o contrário e nós somos economias pequenas para suportar o que significa um *dumping* comercial dos países industrializados avançados.



Como é que a gente vai se defender disso? Esta é a verdade e esta é a questão estratégica central: como se defender. Individualmente, nós não temos como nos defender, porque se tentarmos levantar barreiras protecionistas individualmente, vamos enfrentar todo tipo de retaliação possível no nível de organização mundial do comércio. Sozinho é muito difícil. Então é aqui que entra uma situação nova. A integração sul-americana não é mais um sonho, não é mais uma coisa onírica, não é mais uma fantasia. Ela é hoje um imperativo. Porque só como bloco econômico nós podemos proteger o nosso sistema produtivo. Essa é a verdade. E como bloco econômico será possível pelo menos durante algum tempo. Não contraria as regras da OMC você ter um sistema de proteção do seu parque produtivo.

Bom, mas de que adianta fazer isso estaticamente? Não adianta nada, porque daqui a pouco se esgota esse prazo de proteção e você volta à situação inicial. Então, você tem que ter uma estratégia dinâmica para isso. E qual é a esta estratégia? Essa estratégia, nós acabamos de ouvir na exposição da Profª Monica, e desenvolver aquilo que os países da América do Sul têm de mais importante que são os recursos naturais. Nós temos abundantes recursos naturais. Agora, temos que transformá-los aqui, e não vendê-los como matéria-prima.

Agora, esta que é a questão que me traz aqui, sobretudo: você tem mineração em um ponto, você tem industrialização em outro ponto, e aí há uma coisa chave que é a logística. Mineração você pode fazer com recursos privados, porque você vende o produto, não há grandes problemas, está no mercado mundial. Industrialização você pode fazer com recursos privados, inclusive com acordos estratégicos importantes sobre os quais eu vou falar um pouco à frente. Agora, logística, ou seja, infraestrutura de transportes entre a mina e o ponto de industrialização e o ponto de industrialização em um mercado interno ou internacional, só público. Não tenham ilusão. É impossível fazer isto com recursos privados, com investimentos privados, com risco privado.

São vias, rodovias, ferrovias, hidrovias, em regiões de fronteira, em regiões pioneiras, que não têm carga suficiente, que não têm volume de transporte suficiente para suportar pedágio, por exemplo, e viabilizar o investimento privado. Tem que ser investimento público.

E investimento público significa o seguinte: tem que haver poupança interna pública. Tem que haver poupança interna pública! Ou seja, tem que haver alguma forma de contribuição, ou de imposto, ou de qualquer tributo, para financiar esse esquema logístico.

Nós todos sabemos que os países sul-americanos... Talvez com exceção do Brasil, onde há uma carga tributária de 35%, que já é razoável, mas ainda é baixa em relação aos países europeus, por exemplo. Mas, em relação aos demais países sul-americanos, é até alta, porque há países sul-americanos que têm uma carga tributária de 14% do PIB, de 20% do PIB, de 25% do PIB, é muito



baixa. Mas nós não temos realmente alternativa a não ser buscar o aumento da poupança interna através de alguma forma de contribuição.

Nós temos a experiência brasileira nessa área, que é muito rica e que foi muito produtiva. Nós temos a experiência americana. Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil criaram a sua infraestrutura de transportes à base de tributos vinculados ao investimento em transportes.

Os Estados Unidos têm hoje um Fundo Rodoviário que, através de uma contribuição que parece com a nossa Cide, rende por ano US\$120 bilhões. A Cide brasileira, que era antes Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, foi o que assegurou o desenvolvimento rodoviário brasileiro, sobretudo na parte sul do País. Foi graças à Cide brasileira que se fez esse desenvolvimento logístico no Brasil.

Infelizmente, o Governo, no ano passado, resolveu zerar a Cide brasileira. Ele não extinguiu a Cide, ele a zerou. E voltou a ter uma situação de falta de recursos na área de transportes.

Já estava descaracterizada, porque, no Governo Fernando Henrique Cardoso, eles desvincularam, na verdade, os recursos do imposto único do investimento de transporte e os colocaram na caixa única do Tesouro. Essa era uma exigência do FMI. O FMI exigiu, desde a negociação da dívida pública, acabar com os impostos vinculados e concentrá-los todos na caixa do Tesouro para garantir o pagamento da dívida pública.

Agora, nós não devemos nada mais ao FMI e podemos voltar a uma situação muito mais eficaz, muito mais efetiva, para o desenvolvimento brasileiro, que é retomar a ideia do imposto vinculado nessa área de transporte especificamente, que pode dar uma contribuição fantástica ao desenvolvimento da integração sul-americana.

Se tivermos infraestrutura de transporte, nós viabilizamos realmente a integração. Se não tivermos infraestrutura de transporte, esqueça, esqueça; não há possibilidade de integração sul-americana sem uma infraestrutura integrada de transporte. Agora, com essa integração de transporte, você facilita a questão da mineração e da transformação.

Na transformação, nós podemos fazer um acordo estratégico importantíssimo com a China, porque a China está saindo dos produtos básicos, porque ela tem problemas energéticos e problemas ambientais. Então, ela pode transferir para fora do território chinês a transformação. Pode fazer um acordo com o Brasil, um acordo com a América do Sul, para ser o grande investidor na área da industrialização dos recursos minerais. Interessa a ela e interessa à América do Sul, que tem escassez de capital. Então, se resolve, na mineração e na industrialização, pela presença entre os dois de um sistema logístico eficiente.

O meu tempo já está se esgotando?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Faltam alguns minutos.



O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Só para voltar a algo que é pouco compreendido nesse contexto geral que citei antes, por que isso aponta para uma situação permanente, que é a situação da Europa? As pessoas podem dizer assim: “Não, mas essa crise europeia é cíclica; daqui a algumas voltas, não terão mais nenhum problema.” Não. É uma crise da institucionalidade europeia, e vem de fundo, e, sobretudo, da ideia de reduzir a presença do Estado na economia, ou seja, a ideia do Estado mínimo e da redução da carga tributária. Por quê? Quando você tem a preferência pela política monetária em lugar da política fiscal, o que, na verdade, você está fazendo?

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – A política fiscal é distributiva. Ela interessa mais aos pobres do que aos ricos. Os ricos não precisam de serviços públicos; os pobres precisam de serviços públicos. Então, o gasto público, mesmo que sobre alguma coisa para os ricos – não é verdade? –, preferencialmente, atende aos interesses dos pobres. Essa que é a política fiscal.

Já a política monetária atende exclusivamente ao interesse dos ricos, porque só os ricos têm acesso a créditos bancários. Então, dar custo zero para tomar empréstimo bancário, taxa básica de juros do Banco Central, repassada pelos bancos ao sistema produtivo, quando ocorre isso, tem-se um benefício que é exclusivo para os ricos e altamente concentrador de renda.

Já os índices de concentração de renda, de 2009 para cá, nos países industrializados e avançados, estão crescendo absurdamente em face da preferência pela política monetária. Isso está incrustado nos tratados europeus: Tratado de Maastricht, de 1992; e Pacto de Estabilidade e Crescimento, em 1997, que criou o Euro.

Portanto, não é uma política episódica, comandada pela Alemanha, pela Srª Merkel. Não. Está na institucionalidade europeia. Você não sai disso a não ser pela ruptura do Tratado de Maastricht. Por isso que é algo difícil e por isso essa crise europeia vai demorar muito. É uma crise de natureza político-institucional. Portanto, nós estaremos sujeitos às suas consequências durante muito tempo se não tivermos uma estratégia de enfrentamento disso, uma estratégia clara de contorno das consequências desse tipo de política.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Eu acho que a forma, a maneira de fazer isso, talvez a única maneira de fazer isso realmente com eficácia seja pelo aprofundamento do processo de integração sul-americana nas linhas gerais que eu acabei de sugerir.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Prof. José Carlos de Assis.



Passo, agora, imediatamente, a palavra para o nosso Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto. É uma honra recebê-lo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Muito bem. Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias. Eu queria agradecer muito o convite para participar desta audiência pública.

Eu queria aproveitar a oportunidade para fazer alguns comentários. Primeiro, o cenário mundial é de competição acirrada. Há instâncias de cooperação, mas a competição é acirrada entre os Estados Unidos, a China e a Europa em relação a nós, porque, naturalmente, para obter os superávits comerciais que o Prof. José Carlos de Assis mencionou, competem entre si pelos nossos mercados e exportam para nós produtos industrializados. A China exporta produtos industrializados, os Estados Unidos e a Europa também.

Segundo comentário. Eu estou plenamente de acordo com o Prof. José Carlos quanto à duração da crise. É a “financiarização” industrial produtiva, é a prevalência de uma visão neoliberal e de uma visão financeira das atividades.

Não falamos aqui muito das questões relativas a meio ambiente. Falou-se um pouco da China como parceiro na área de cooperação.

Essa emergência da China é extremamente importante do ponto de vista político e econômico, inclusive para nós, porque, passando para o cenário regional, a expansão econômica em alguns países da América do Sul decorre muito da demanda por minérios e por produtos agrícolas. É isto que se reclama volta e meia – uns certos mantras –: é preciso aumentar a exportação de produtos manufaturados para a Europa, para a China e fazem afirmações desse tipo. É preciso, mas não se consegue. Por quê? Vou chegar lá.

Um comentário sobre a questão da ação unida da região. Existe uma clivagem política e econômica na América do Sul. Há três países que adotam uma política de inserção total, no mercado mundial, de uma ideologia neoliberal que considera que total liberdade das forças de mercado resolverá todos os seus problemas econômicos, sociais e políticos.

Naturalmente, como foi mencionado, isso tudo leva a acordos de livre comércio. O Chile tem cinquenta e tantos acordos de livre comércio; o Peru, outros tantos. Portanto, esses países têm, hoje em dia, muita dificuldade de fazer política econômica, porque tiveram os seus instrumentos de política econômica cerceados por esses acordos. Então, isso é um fato.

Existe, de outro lado, um grupo de países, que são basicamente os países do Mercosul, que têm uma visão distinta. O segundo grupo, que está ainda não localizado, é o caso da Bolívia e do Equador mais o Suriname e a Guiana, que não estão nem em uma posição nem em outra. Mas tanto a Bolívia quanto o Equador já pediram adesão ao Mercosul, portanto estão dentro de uma visão de um tipo de política.



Ter uma política comum, da América do Sul, em relação ao aproveitamento de recursos minerais e energéticos ou da biodiversidade é extremamente difícil. Eu não quero ser pessimista, é uma realidade, porque a política desses países é de total liberdade para as companhias estrangeiras, para as grandes companhias multinacionais. Portanto, existem poucos instrumentos para interferir nisso dentro de seus países e muito menos em relação à política global regional. Muito bem. Então, eu acho que é um desafio muito importante para a Unasul como entidade e assim por diante.

Quanto à questão dos desafios e oportunidades, temos de um lado, a questão dos recursos naturais, a sua abundância, que são temas conhecidos. Não há, todavia, uma visão certa dos recursos naturais pela simples razão de que eles não são conhecidos. O que nós conhecemos é muito pouco em relação ao que existe. Tanto é que a descoberta recente de lítio na Bolívia a transformou no maior país detentor de reservas, subitamente. Não tinha nada e, de repente, passou a ter: 100 milhões de toneladas, sei lá, um número extraordinário, mas uns 80% das reservas mundiais.

No Brasil, a pesquisa geológica é muito sumária, o mapeamento do território é muito pequeno. Para isso, é preciso ter geólogos. Para ter geólogos é preciso estimular as pessoas a estudarem Geologia. Para estimular a estudar Geologia, é necessário um estímulo do Estado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Daí é que vem a gastança.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – O quê?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Daí é que vem a gastança.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Mas gastança é uma coisa boa. É preciso gastar, é preciso gastar nessa área. Se o Estado não gastar certamente não vão ser as empresas que vão investir na formação de geólogos. Pode esquecer.

Então, a informação que eu tenho é que o número de geólogos que se formam, que o número de pessoas que entram nas escolas de Engenharia, de Geologia, é menor do que o número de pessoas que saem, porque há uma evasão muito grande. Então, acho eu que deveria o Estado, naquelas carreiras tecnológicas que são absolutamente essenciais para o conhecimento dos recursos naturais do País... É absolutamente essencial. Não se sabe: terá o Brasil reservas de lítio ou não? Ninguém sabe, porque não há um mapeamento geológico. Então, é preciso que o Estado estimule essas carreiras no Brasil. No Brasil! Entendam como bem entenderem o que estou dizendo. No Brasil! É preciso que estimulem aqui.

Isso não é algo muito difícil porque basta dar bolsas para aqueles que estudam essas matérias. Então, os recursos naturais dependem do conhecimento geológico. Dependem do conhecimento geológico e dependem da



formação de pessoal técnico para poder fazer um levantamento dos recursos naturais. Aliás, o mesmo ocorre na biodiversidade e em outras áreas. Biólogos e assim por diante.

Muito bem, estou natural e perfeitamente de acordo com a ideia de que é necessário promover a industrialização dos recursos naturais. Se bem que isso é um pouco relativo, porque é possível desenvolver outras indústrias sem ter os recursos. Não há a menor dúvida quanto a isso. O Japão desenvolveu todo um extraordinário parque industrial sem ter recursos naturais. Não tinha recursos naturais, não tinha minério de ferro, não tinha bauxita, não tem até hoje, não tem energia. E desenvolveu. O segundo maior parque industrial do mundo está no Japão; não está em outro lugar. E lá não havia nada, só havia ilhas e montanhas. E conseguiram por quê? Por uma decisão do Estado japonês, por uma decisão da sociedade japonesa de querer industrializar o seu país, de se tornar uma grande potência industrial.

Claro que é necessário acreditar no país. Se não se acredita no país, se acreditamos que os outros países são superiores ao nosso fica um pouco difícil. Então, é necessário isso.

Temos uma questão que é central em todo esse debate, que é a seguinte: hoje em dia, a economia brasileira e a dos países da América do Sul estão absolutamente permeadas pelo capital estrangeiro, em todos os setores. Vai da mineração... Se formos ver quem são as mineradoras no Brasil, veremos que são todas grandes empresas multinacionais, não são mais empresas brasileiras. Na área industrial, há empresas de todo o tipo, indústria automobilística, indústria farmacêutica, indústria de linha branca, o que quiserem. Hoje em dia, na área de serviços. Basta ver as grandes redes de serviços como o Carrefour, o Walmart e outras.

O problema é que, hoje em dia, essa prevalência do capital estrangeiro no País faz com que, quando de fala de indústria, se fale de indústria estrangeira instalada no País. Não estamos falando de indústria brasileira, nos setores mais modernos. Como fazer com que essa indústria estrangeira instalada no território do Brasil – assim como está instalada no território argentino, no território peruano, toda a indústria de mineração peruana deve ser estrangeira. Supõe-se que não há nenhuma grande empresa peruana. No Chile, é a mesma coisa. Havia, mas não há mais. Tudo havia, mas não há mais.

Então, como disciplinar o capital? Como fazer com que o capital estrangeiro que está no País contribua para esse processo de industrialização e de integração? Algo está no edifício, porque têm eles as suas políticas de produção e de exportação.

Por exemplo, o Brasil é um grande exportador de produtos manufaturados para os Estados Unidos. E os Estados Unidos, como nós sabemos, é um dos mercados mais competitivos do mundo. Quando eu digo o



Brasil, eu estou me referindo às empresas instaladas aqui. Vamos deixar isso claro, não é? Vamos deixar de sonho.

Por que essas mesmas empresas não exportam esses mesmos produtos para a Europa ou para a China? Se conseguem exportar para os Estados Unidos, poderiam exportar para a China e para a Europa. Porque a sua política de produção e exportação faz com que aqueles mercados sejam atendidos por outras unidades.

Então, naturalmente, uma grande empresa automobilística no Brasil tem uma unidade de produção na China e não vai competir. Não é verdade? Então, o problema que nós temos, diante dessa luta dos países desenvolvidos para gerar superávit, só pode ser resolvido ou através das exportações das indústrias instaladas no Brasil... E não vão ser as pequenas e médias empresas; vamos deixar isso claro. As pequenas empresas não conseguem exportar para a esquina. Muito mais atravessar o oceano e exportar. Isso tudo são mitos. Estimular a pequena e média empresa a exportar; tudo isso é mito. Confundem as exportações da França para a Alemanha – um país ao lado do outro – com as exportações possíveis do Brasil para a Alemanha. Há a distância, todas essas dificuldades e assim por diante.

Então, eu estou totalmente de acordo com a Professora quanto à importância de nós organizarmos a produção, mas isso vai passar por decisões de política econômica dos governos, de política econômica em relação a essas empresas.

Porque, além disso – não mencionei –, o número de empresas brasileiras que trabalham com patentes estrangeiras é muito grande. E, muitas vezes, os acordos de utilização de patentes proíbem a exportação. Quer dizer, o acordo só vale para produzir para o mercado brasileiro ou para alguns outros mercados. Mas proíbe. Então, pode usar a tecnologia, mas não pode competir no outro mercado.

Nós temos que partir da realidade dos nossos fatores de produção. De um lado os recursos naturais não são conhecidos. Porque são conhecidos sumariamente. No Brasil, creio que só 1% do território é conhecido em nível de mapeamento adequado – 1%! Mas não sabemos. Tanto é que não sabemos que de repente se descobre um aquífero. Não se sabe. Como, assim, de repente descobrimos Carajás. Só que Carajás já estava lá. Já estava lá há muitos séculos, milhões de anos. De repente se descobre. Por quê? Porque chegaram lá e pesquisaram. Não quer dizer que são totalmente desconhecidos, porque há muito trabalho de prospecção geológica feito por empresas. Muito trabalho de prospecção feito por grandes empresas, que mantêm essas informações reservadas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Pois é. Para você ver. Mas enfim.



E há a questão da infraestrutura. Naturalmente que a infraestrutura, como disse o Prof. José Carlos, é essencial para, digamos, permitir até mesmo um transporte dos recursos – sejam eles minérios, seja produção agrícola e assim por diante.

Agora, essa questão do capital estrangeiro vai se colocar, porque o desequilíbrio comercial que o Prof. José Carlos mencionou vai se agravar. Inclusive porque a nossa capacidade de exportar mais minérios e mais produtos agrícolas pode diminuir, porque a China naturalmente tem todo o interesse de diversificar suas fontes de suprimento. E está agindo dessa forma, inclusive na África: contratando, adquirindo terras para produção, com garantia de abastecimento, e assim por diante. Então, de repente, essa demanda chinesa pode diminuir. E aí, teremos uma situação muito difícil.

Não quero nem falar dos impostos de exportação, porque é algo que poderia ser feito. Naturalmente essa extraordinária demanda chinesa por produtos minerais, por minérios e por produtos agrícolas aumenta a concentração de renda; certamente, porque são, inclusive, empreendimentos que utilizam pouca mão de obra e maior parque.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Então, aumenta a concentração de renda de uma forma extraordinária, porque, inclusive, é uma renda artificial.

Quer dizer, o aumento dos preços internacionais, inclusive pela especulação – a grande parte do aumento dos preços dos minérios é por especulação – faz com que esses preços sejam muito superiores aos custos de produção, mas nós não podemos impor impostos de exportação. Não podemos, não; poder, podemos. Tanto é que a Argentina impõe impostos de exportação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Faz pelo trigo, o que é razoável, para justamente poder recolher para o Estado, isto é, para a sociedade em geral, aquilo que são lucros extraordinários privados. Lucros absolutamente extraordinários, ocasionais, porque, no momento das dificuldades, essas mesmas empresas vão ao governo para obter recursos, nos momentos em que os preços internacionais caem, e assim por diante. Vão lá obter recursos.

Se nós investíssemos na formação de pessoal que já foi pago para o perdão de dívidas dos ruralistas, são recursos extraordinários, são bilhões, dezenas de bilhões de reais.

Então, eu acho que nós temos que pensar um pouco na verdadeira estrutura. Como nós dissemos, nós precisamos investir na produção, na industrialização. Tudo isso depende, hoje em dia, em grande medida, da estrutura do capital no Brasil, da estrutura da propriedade, para saber, inclusive – e aí é o ponto capital que o José Carlos mencionou – como essa crise, esses déficits comerciais do Brasil, se eles se agravarem, como eles vão ser resolvidos? Só



podem ser resolvidos com exportação de manufaturados, e a exportação de manufaturados, hoje em dia, quem pode exportar são as grandes empresas organizadas. Não há de ser uma pequena padaria da esquina que vai exportar. Tem que ser empresas altamente organizadas, com contratos internacionais, e essas empresas, hoje em dia, no Brasil, são principalmente empresas multinacionais.

Enquanto não houver uma disciplina do capital estrangeiro, como existe, aliás, na China, nos Estados Unidos também, e em outros países, nós teremos grande dificuldade nessa área específica. Isso vai ocorrer muito antes de nós processarmos os produtos minerais, muito antes de conseguirmos explorar a biodiversidade. Muito antes, teremos uma crise extraordinária na área externa. Enfim, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Fique à vontade.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Quer que eu pare? Eu posso doar meu 1 minuto e 37 segundos para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Fique à vontade. É sempre um prazer escutá-lo.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Eu estou dizendo isso, porque essa é uma questão, digamos, muito delicada, mas muito importante de ser tratada pelo Senado – a estrutura do capital no Brasil. Não vai ser de outra fonte que vai sair a iniciativa de exportação. Não é só o problema de recursos financeiros. É preciso os contatos, a experiência comercial, financeira, para atuar no nível do mercado mundial. Ninguém exporta daqui para a China porque o governo pede para exportar. “O Governo quer modificar a pauta.” Todo mundo, não é que ache graça, mas sabe que não é assim. Não é verdade?

Pronto? Está bom.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Vou passar agora, imediatamente, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB) – Presidente, eu quero me manifestar, mas não posso jamais atropelar Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Até porque V. Ex^a fez um pronunciamento de 50 minutos. Nós estávamos querendo começar, mas ficamos esperando.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB) – Defendendo a nossa Presidente, porque vocês sabem que existe gente querendo derrubá-la. E, para protegê-la, eu acho que temos de estar unidos aqui, inclusive na integração sul-americana.



O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu sei disso. V. Ex^a está certo. Foi um pronunciamento de 50 minutos, mas....

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Pode falar, Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB) – É uma coisa breve porque eu tenho muita concordância.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sem querer atropelar, mas já atropelando o Senador Eduardo Supply, com a palavra Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB) – Ele sabe que é verdade. Ele é uma pessoa do bem-querer de todos nós e não teria sentido.

Tenho assim uma grande... Há um sentimento de concordância, de alguns setores do Brasil, com esse posicionamento, Prof. José Carlos de Assis... Eu não pude ouvir a Monica, mas posso presumir que ela defende esse projeto de integração com muita força, do Prof. Samuel. Acabei de liquidar a leitura de Celso Amorim, do seu mais novo *Breves Narrativas Diplomáticas*, inclusive no qual faz elogios à posição de Samuel Pinheiro Guimarães na firmeza de ajudar a conduzir um processo de integração, bombardeado intensamente, de fora – e outro problema – bombardeado de dentro. Aqui é o chamado problema “capital do capital”, que o Samuel e José Carlos levantaram.

Nós topamos ou não o desafio de manter uma nação do porte do Brasil de pé e caminhando? Esse é o problema. Porque, se você ficar, de fato, à mercê de uma política pretensamente industrial, que vai enfrentar os países desenvolvidos e a China numa economia em expansão vigorosa e com controles internos fortes, como você vai fazer isso sendo o Brasil o quarto maior mercado consumidor de automóveis, mas sem nenhuma empresa brasileira? Nenhuma! E elas controlam esse comércio!

Então, porque você vai pedir a quaisquer empresas dessas estrangeiras que façam exportações A, B, C e D e elas disserem não. O que se vai fazer? Eu quero o seu mercado... E elas já estão aqui instaladas em nosso mercado. Nós decidimos deixar de produzir parafusos para automóveis e importá-los, porque havia um acordo, dentro de um programa de industrialização, que vem desde JK, que era um programa que permitia: “Ponha a sua fábrica aqui, mas o parafuso eu que faço.” Isso levou o setor de infraestrutura na área de trens no Brasil a ter que vender o ferro para qualquer um. Hoje vende para a China... O Ceará mandou dois navios de ferro para a China a R\$100,00 a tonelada, Lindbergh, e compra os trilhos para a Norte-Sul e para a Transnordestina a US\$800,00. Qual é a patente de trilho, Samuel? Qual é a tecnologia embarcada hoje nisso aí? A não ser uma limazinha que ele faz ali para dar uma velocidade maior para que se deslize sobre o trilho. Nada, Lindbergh! Nada!

Então, é uma situação que exigiria uma unidade política muito forte. Por isso, essa ideia de desestabilizar uma base política – porque tem A e tem B;



eu não gosto de A e não gosto de B, eu que sou o bom, eu que sou o certo – termina criando uma dificuldade adicional. Como ter uma base política nacional... porque não é só a base parlamentar. Não é apenas o Senador Lindbergh, não é apenas o Senador Suplicy, Senador Requião, Senador Inácio. Não é apenas isso, mas uma base social capaz de dizer que nós queremos manter nosso País de pé. Nós não queremos mais pagar, fazer uma desoneração de R\$27 bilhões para a indústria automobilística, e elas remeterem R\$27 bilhões de lucro.

Então, é uma aberração, é uma coisa estúpida! Está bem, eu lhe dou a desoneração, mas você vai aplicar aqui! Nem isso se diz? Então, é um problema crucial para a economia brasileira.

E o setor de medicamentos, fármacos! Nós, com a riqueza que nós temos, é uma barbaridade! Com a biodiversidade que nós temos, a capacidade e o potencial do Brasil. Quantos medicamentos são retirados, hoje, da nossa flora e vendidos para nós como patentes estrangeiras? Então, é uma barbaridade a que nós estamos assistindo.

Eu tenho muita confiança, Samuel e José Carlos, nesse trabalho que foi feito pela diplomacia brasileira, que foi muito xingada internamente, no Brasil, pela mídia brasileira, pelos principais veículos, todos com grandes anunciantes dessas grandes companhias. Você quer ver qual é a posição político-ideológica dos veículos de comunicação do Brasil, veja quem são os principais anunciantes. Fica claro qual é a posição deles.

Fazer essa integração nossa tem um embate no *front* externo grande. Dizia o Celso, em suas *Breves Narrativas Diplomáticas*: “O meu problema não era o *front* externo, era o *front* interno, era a gente está decidido a fazer.” Ele contou muito com o apoio do Presidente da República. Mas ele conta fatos da presença dos ministros do Presidente Lula no enfrentamento com ele, nas posições dele. Se não fosse o apoio do Presidente Lula, ninguém tinha conseguido avançar para o que nós temos hoje. As manobras, as mil manobras realizadas para a gente poder conseguir esse êxito. E acho que nós devemos perseverar nesse sentido, mesmo com as dificuldades, que são imensas. Mas eu acho que devemos perseverar, pois é um grande caminho nosso.

Imaginar que nós estamos desconectados de Bogotá, de Lima, de La Paz, de Caracas! Desconectados! Não há Facebook que ligue. Qual é o Facebook que vai nos ligar com La Paz? Qual é? Não estou falando nem da exportação transatlântica, no Pacífico. Nada disso! Estou falando de me conectar aqui com Santiago, Lima, La Paz, Quito, Bogotá, Caracas, que querem vender para nós. Poderia, num trabalho conjugado, haver uma região com outro perfil. E pode e tem todas as condições para haver. Agora, é o enfrentamento.

Eu vejo, por exemplo, quando queremos construir uma ferrovia para nos interligar com Peru, a batalha travada aqui e fora, externamente, com os interesses legítimos de quem está lá fora. Agora, nós, o enfrentamento aqui dentro?! A batalha que nós travamos aqui dentro, não é mole não.



E a minha concordância sobre a questão da formação dos geólogos e biólogos. Por sorte, Senador, está aumentando. Nós já temos mais geólogos saindo do que tínhamos há dez anos. Mudou essa realidade. Mas ainda é pouquíssimo para a necessidade do nosso País.

Meus parabéns pela iniciativa. Esse depoimento de vocês o povo todo está vendo também. Espero que o pessoal, no Facebook, reproduza favoravelmente, porque isso é para o Brasil. Agora, os mobilizadores do mundo são o Facebook e o Twitter. Os dois são americanos, tem de haver certo cuidado. Mas acho que a gente podia reproduzir. Essas intervenções que vocês fizeram aqui ajudam a gente a compreender melhor a batalha que o Brasil está travando já há algum tempo e que tem que continuar, com muita firmeza.

E, nas palavras do Samuel: “Não é pessimismo não, é a realidade.” É que a gente tem que saber bem a realidade para poder ganhar a batalha, senão a gente não ganha.

Então, meus parabéns, Lindbergh, pelo trabalho excelente que você já faz na Comissão. E por este debate temático, que é tão importante. É que o Senado está num ativismo muito forte, impulsionado pelas ruas. E eu ainda tenho uma atividade agora, do Senado, e o telefone não para de tocar aqui no meu bolso, o pessoal dizendo: “Para de falar aí, Inácio, vem para cá que nós temos uma reunião.”

Então, Lindbergh, meus agradecimentos. Eu queria registrar esse apoio à atitude correta e corajosa de figuras como Samuel, José Carlos de Assis e Monica Bruckmann, porque vocês, pelo menos, têm percorrido este Brasil dizendo verdades que, se for eu ou o Suplicy, ou às vezes até o próprio Lindbergh, que tem mais facilidade de falar, porque preside comissões etc e tal, se forem ditas por nós, podem perguntar: “Por quê? É mais um Senador, um Deputado, é um discurso.” Não é um discurso não. É gente que está estudando, gente que está trabalhando todo dia, que tem conhecimento e legitimidade para fazer o que vocês estão fazendo aqui.

Eu é que agradeço esta oportunidade de estar tendo a possibilidade de ouvi-los.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Senador, eu queria fazer só uma observação, já que V. Exª está saindo. O Embaixador Samuel mencionou como vai ser a saída para essa situação de imenso déficit comercial que nós vamos ter no futuro. Não é uma pergunta retórica. Na verdade, eu sei como vai ser a saída se não tivermos uma estratégia: vai ser uma deflação salarial gigantesca, como nunca se viu na história brasileira. A de 1983/1985, que foi promovida pelo Delfim, no âmbito do acordo da dívida externa, vai ser “fichinha” perante o que vai ser essa deflação salarial, que é o que está se promovendo na Europa. É similar a que já está havendo no sul da Europa. Vai ser pela deflação salarial, para criar perdas salariais, porque vai ser a forma de tentar ter produtividade competitiva com o resto do mundo.



O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero agradecer ao Senador Inácio Arruda, esse bravo representante aqui dessas causas populares. O Senador Inácio Arruda – os senhores sabem – faz um trabalho importantíssimo aqui no Senado, na defesa desse projeto de esquerda para o Brasil, para a América Latina.

Então, agradeço muito, Inácio. Sei que V. Ex^a está na correria. Todos nós, em virtude dos acontecimentos políticos, estamos. Amanhã vai ser um dia de batalhas neste Senado Federal – plebiscito, referendo. Amanhã, nós temos reunião da Comissão de Assuntos Econômicos pela manhã. Mas agradeço muito que V. Ex^a tenha saído do plenário direto para esta Comissão de Assuntos Econômicos para prestigiar essa audiência pública.

Muito obrigado.

Passo ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Lindbergh Farias, parabéns pela iniciativa de fazer da Comissão de Assuntos Econômicos um lugar de debates tão significativos, como a integração da América Latina e do Caribe, dos países do Mercosul.

Eu vou começar por uma reflexão de natureza humanitária, pois eu fiquei muito impressionado com uma tragédia ocorrida quinta-feira em São Paulo, quando cinco pessoas de dezessete a vinte e poucos anos ingressaram em uma residência, em uma favela, no Jardim Conquista, na região de São Mateus, no extremo da Zona Leste. Soube-se que eles já tinham ingressado lá algumas vezes, mas voltaram. E havia, nessa humilde casa, pelo menos doze pessoas de famílias de bolivianos que trabalham realizando confecções para uma empresa que os contrata.

E essas pessoas não têm a devida documentação, vindas da Bolívia, de regiões relativamente pobres certamente, porque há busca de seu sustento em São Paulo em condições que já foram objeto aqui de apuração por parte da CPI do Trabalho Escravo, na capital paulista, com os nossos colegas, Deputados Puty e Ivan Valente e outros, que estiveram já nesses lugares pela CPI do Trabalho Escravo.

Era a terceira vez que tinham estado nesse lugar. Pessoas relativamente pobres assaltando pobres vindos da Bolívia.

Mas o casal boliviano estava com uma criança que ia completar seis anos no dia 3 de julho. Um menino bonito. Eu resolvi ir ao velório para prestar solidariedade à família boliviana.

Ali disseram, os três assaltantes detidos, ao delegado que iam lá porque sabiam que, por não terem documentos, eles não colocam o seu dinheiro em banco e guardam-no na própria casa. Primeiro, exigiram R\$3.500,00 do casal, pai e mãe daquele menino. Exigiram mais, o pai foi buscar no automóvel mais R\$1 mil, que somaram R\$4.500,00. O menino, desesperado, chorando, falou: “aqui tem mais umas moedinhas para você”, e deu. Como o casal não forneceu mais



dinheiro, um deles simplesmente deu um tiro na cabeça do menino, provocando uma tragédia. O casal disse que vai voltar à Bolívia definitivamente. Perderam aqui a criança e toda a esperança dos seus sonhos. Por que eu registro isso? Porque fiquei pensando em como será importante que um dia tenhamos nos países da América do Sul, do Mercosul e todos os demais, se possível, nas três Américas, a real integração do ponto de vista da liberdade do movimento dos capitais para realizar investimentos necessários, a liberdade de movimento dos bens e serviços e sobretudo daquilo que é mais importante, ou seja, do ser humano.

Hoje, temos na União Europeia a liberdade de os seres humanos escolherem onde estudar, trabalhar viver. Hoje, a Croácia está comemorando o seu ingresso na União Européia. Quem sabe um dia possamos ter a não necessidade de haver muros que separem os Estados Unidos do México e do restante da América Latina. Isso vai ocorrer quando tivermos maior igualdade de direitos sociais do Alasca até a Patagônia.

Faço essa reflexão para começar, porque se trata de um fato que chocou muito a opinião pública brasileira. Trata-se até de uma questão de como prevenir a violência em nosso País, sobretudo por um lado que não seja o da punição, o de querer diminuir a maioria penal, mas muito mais por maiores oportunidades para todos.

Como o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto tem tido uma grande vivência nas negociações relativas à integração do Brasil com os demais países do Mercosul e como disse que é muito importante que o governo possa influenciar as decisões das grandes empresas, mesmo que, em grande parte, sejam multinacionais e estrangeiras, eu perguntaria: qual é o grau de influência que pode ter o governo brasileiro e através de quais instrumentos pode influenciar as decisões dessas empresas para que elas, de fato, se vejam instadas a realizar mais operações de integração, ou seja, de exportação e importação entre elas e suas associadas nos países da América Latina – nos países que integram o Mercosul e outros?

Em que medida pode o Governo, de fato, avançar muito mais, e por quais instrumentos, na direção do que o José Carlos de Assis mencionou, na direção da realização de investimentos na infraestrutura, sobretudo, de transporte, como elemento essencial para o desenvolvimento?

A certa altura, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães mencionou que a exportação de manufaturados, se for para crescer, deve se realizar, sobretudo, através das grandes empresas.

Por acaso, eu estive no Sebrae na semana passada, numa cerimônia de comemoração dos seis anos do Simples, e ali o novo Ministro da Pequena e Média Empresa fez um comentário que aqui quero expor.

Embaixador Pinheiro Guimarães, eu queria lhe fazer uma pergunta. O Ministro Guilherme Afif Domingos mencionou que ele tem como meta



estabelecer – isso valeria para toda micro e pequena empresa, essas que estão no Simples, por exemplo; não sei se valeria para a média empresa – o completo livre mercado para as micro e pequenas empresas no Mercosul, na América do Sul e, inclusive, no Caribe. E colocou isso como uma meta importante, já que ele é o Ministro da Pequena e Média Empresa. Então, o seu comentário me fez lembrar daquela afirmação dele. Será que é algo viável? Pode-se realizar um esforço, inclusive, com as pequenas e médias empresas.

A Monica Bruckmann é nascida no Peru. É isso? Procurei saber isso, porque acho que é muito importante a sua visão sobre como podemos conhecer melhor a potencialidade de utilizar as riquezas minerais do Brasil em relação às do resto do mundo, de todos os países da América Latina e da América do Sul, para a sua melhor integração.

Eu gostaria de lhes fazer uma pergunta, tendo em vista, inclusive, o conhecimento do Embaixador Pinheiro Guimarães, que mencionou como a China tem resolvido seus problemas com qualidade de planejamento e com uma integração muito bem-sucedida: como é que poderemos aprender com a experiência chinesa de melhor planejar suas ações, para que o desenvolvimento de todos os setores da economia brasileira, inclusive o da mineração, possa ser bem-sucedido?

José Carlos de Assis mencionou o imposto vinculado relativamente aos transportes. Mas, há poucos dias, foi instituído pela Presidenta Dilma o marco da mineração, com uma definição dos *royalties* relativos à exploração de minérios, que, inclusive, são diferentes dos do petróleo e do pré-sal. Ficou definido, salvo engano, algo como 2% e mais 2%, e destinados, sobretudo, para a educação e saúde. Não sei se foi considerada a hipótese da infraestrutura dos transportes, então, se tiver alguma informação sobre isso, ou sugestão, que possa também dar.

Mas meus cumprimentos aos três expositores pela contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Embaixador, vou, como Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, abrir mão da minha intervenção, dos meus questionamentos, porque a gente tem o compromisso de encerrar esta reunião aqui às 21h30. Eu peço desculpas, mas a gente vai ter que fazer uma rodada final de cinco minutos, para fecharmos no horário que nós estipulamos.

Então, eu agradeço e passo a palavra, primeiro, para a Profª Monica Bruckmann. Ela fez uma exposição importante no início. Não estava, no momento, televisionada ao vivo, mas esta audiência pública vai ser retransmitida. Peço desculpas à senhora e passo a palavra à Professora pelo prazo de cinco minutos.

Muito obrigado.

A SRª MONICA BRUCKMANN – Obrigada pelos comentários.



Rapidamente, o Senador Suplicy perguntava como nós aqui, na América Latina, no Brasil, podemos tirar uma lição em relação à política chinesa de aproveitamento desse potencial, não só dos recursos naturais, mas como gestão econômica, da dimensão e da dinâmica chinesa contemporânea.

Eu gostaria apenas de colocar um exemplo para tentar não responder, mas ponderar essa colocação do Senador Suplicy. Em 2010, a imprensa econômica internacional noticiou uma grande vitória do governo chinês na negociação com algumas empresas coreanas – Samsung, LG e outras empresas produtoras de telas de televisão LCD de alta resolução –, porque tinha conseguido o governo chinês trazer para dentro do território continental a produção de telas de televisão, telas de computadores, de equipamentos médicos de altíssima resolução.

Ninguém noticiou, porém, que o insumo fundamental para a produção dessas telas LCD são as chamadas terras-raras, cuja principal reserva está na China: 90% a 92% das reservas mundiais de terras-raras estão na China.

Um país como a China tem gravíssimos problemas ambientais. Beijing é uma cidade onde a gente transita já não só olhando o estado do tempo, mas o nível de partículas sólidas na atmosfera, e há horas do dia em que simplesmente a gente não sai ou sai com máscaras, porque é indispensável sair. No ano retrasado, morreram 800 mil pessoas na China por problemas respiratórios decorrentes diretamente de contaminação ambiental.

Por que a China, com esses níveis de contaminação, está interessada em trazer para dentro do seu território continental a produção de telas LCD? Não me ocorre outra razão que não seja uma visão estratégica e de apropriação tecnológica na produção desse tipo de produtos. Provavelmente, em um curto prazo de tempo, quando tenha se completado esse processo de apropriação tecnológica, a China tenha que exportar novamente para fora do seu território continental a produção de telas de televisão, equipamentos médicos e computadores.

Isso eu coloco como exemplo de como é importante, fundamental, ter uma visão estratégica. Não daqui a dois, três, quatro, cinco anos, mas daqui a cinquenta, cem anos, e a China tem. Os planos quinquenais e o tipo de planejamento mostram que existe uma vontade política muito importante de construir uma visão estratégica e de desenvolver uma estratégia em nível global. E eu tenho a impressão de que a América Latina, e particularmente a América do Sul, tendo esse enorme potencial de qual falávamos há pouco tempo, precisa, hoje, mais do que nunca, desenvolver-se essa visão estratégica e a possibilidade de aproveitamento conjunto desses recursos naturais para o desenvolvimento integrado dos nossos países.

Essa é uma questão fundamentalmente política, que exige, sim, formação de profissionais, que exige, sim, investimento do Estado em ciência e tecnologia, que exige, sim, fundamentalmente o que o José Carlos de Assis



colocou: a necessária construção de uma infraestrutura que o Cosiplan (Conselho de Infraestrutura e Planejamento) está chamando de multimodal, porque é necessário ligar...

(Soa a campainha.)

A SRª MONICA BRUCKMANN – ...os portos, aeroportos, hidrovias, rodovias de maneira integrada, não só para atender a exportação, mas o crescente mercado interno. Então, nós precisamos ligar os centros de produção de recursos naturais estratégicos de transformação e de consumo. E essa é uma outra visão da infraestrutura continental.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Professora.

Passo a palavra imediatamente para o Sr. José Carlos Assis.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Está no finalzinho do tempo. Só para pegar um pouco essa questão do risco que está se correndo em termos de população brasileira, classe trabalhadora brasileira. Evidentemente, que você só se escapa disso se tiver... O risco é você ter uma degradação salarial grande, não é algo trivial.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mesmo com as reservas?

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Mesmo com as reservas. Reserva se perde por dois caminhos: pelo lado financeiro e pelo lado comercial. Então, é fácil perder um bilhão de reserva por mês. É fácil! É fácil virar a situação. Agora, com essa situação, o País quebra, simplesmente quebra, como quebrou na década de 80 do século passado. Quando quebra, o que é que se faz? Quem paga a conta é o trabalhador. O ajustamento é feito em cima do trabalhador, em cima de salário. O que acontece? Há um brutal desemprego e, a partir do desemprego, reduz-se salários. Quer dizer, o caminho é esse.

Quando eu digo que a gente tem uma linha estratégica que é via transformação de recursos naturais em recursos transformados, quer dizer, em recursos metálicos, eu vejo a questão com a China como crucial. Por quê? Porque a China pode fazer acordos e compra futuras de metais....

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO *(Fora do microfone.)* – Como fez com a União Soviética em petróleo agora!

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Exatamente. E como foi feito com Carajás, e era minério. Agora, nós não queremos mais vender minério; nós queremos vender metais. Então, compra acordos e compra futura de metais. Esses acordos têm, em si mesmo, um potencial de financiamento da industrialização. Se você parte com isso como uma coisa estratégica, em três, quatro anos, você é capaz de levantar uma estrutura produtiva em metais na América do Sul. É possível porque há recursos naturais para isso. É evidente que você conhece muito pouco, mas o pouco que você conhece já é suficiente para



começar. Dá para começar já; não há muito problema. Depois você vai acrescentando; você só tem a acrescentar.

Agora, uma pequena observação que quero fazer com o meu querido Embaixador é o seguinte: quando ele fala que o Japão conseguiu se desenvolver sem recursos minerais, sem recursos naturais. É verdade! Os japoneses nunca ficaram confortáveis com isso. Eles entraram na Segunda Guerra Mundial atrás de petróleo, levaram duas bombas atômicas e, no pós-guerra, eles só conseguiram se desenvolver para valer mesmo porque tiveram um apoio americano muito grande e o mercado americano aberto para eles. Essa foi uma coisa extremamente importante.

Finalmente, a coisa da integração. Realmente, só há integração debaixo de necessidade. O grande exemplo de integração feita no mundo hoje, se fala muito em integração, teoria de integração, livros publicados, essa coisa toda, mas na verdade só houve realmente um caso de sucesso: o Mercado Comum Europeu. O Mercado Comum Europeu foi feito debaixo de vários imperativos políticos, sociais e econômicos, entre os quais, a ameaça soviética que representava, na época, para os países ocidentais; a ameaça dos partidos comunistas internos na Itália e na França. Quer dizer, a situação do pós-guerra, a degradação da infraestrutura, todo o sentimento de culpa alemão, o sentimento de hostilidade inicial francês, quer dizer... E como eles começam a integração? Recursos naturais. Acordo do carvão e do aço. O carvão,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – ...recurso natural; o aço, minério de ferro, recurso natural. É o acordo. E infraestrutura. Basicamente, infraestrutura. É assim que começa. Começa sob pressão. Acho que nós também estamos sob pressão. Como eu disse no início, não temos mais um sonho de integração, nós temos um imperativo de integração.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Professor José Carlos de Assis.

Passamos, agora, para o nosso Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Bem, quanto à pergunta do Senador Suplicy, como poderia o Governo avançar para estimular as empresas nacionais ou estrangeiras no Brasil para promover a integração. O Governo tem instrumentos poderosos. Primeiro, tem o seu poder de compra governamental, depois, tem o seu poder de financiamento governamental. Então, quando as empresas se dirigem ao BNDES, que é, de longe, o maior banco de investimentos do mundo, de longe, de longe, o Governo – o BNDES é do Governo – pode exigir como condições para acesso a certas linhas de crédito que se faça certo tipo de investimento em outros países, por exemplo. Não é nada impossível. Assim como o seu poder de compra. Nós não temos uma indústria automobilística,



mas se tivéssemos, anos atrás, e até hoje mesmo, o Governo, que é um grande comprador de automóveis, estipularia determinadas características para os automóveis, inclusive de nacionalidade brasileira, e teríamos uma indústria automobilística. Então, há esses instrumentos.

Por outro lado, há um instrumento de regulação. Você pode regular conteúdo nacional, como é feito hoje em dia em certos setores, construção de plataformas, assim por diante.

Pelo que mencionou o Senador Inácio Arruda, na concessão das exonerações, não foram impostas condicionalidades maiores. Poderia ter imposto. Aliás, sou a favor de desonerar o povo brasileiro. Chega de desonerar o capital. Vamos desonerar o trabalhador. Começar, por exemplo, pela mudança no Imposto de Renda, pelo aumento dos tetos das isenções e pelo aumento das faixas mais ricas. Talvez tivesse dado melhor resultado, teria gerado menos remessas para o exterior, não é?

Muito bem, quanto à questão das pequenas e médias empresas, as pequenas e médias empresas no Brasil são muito pequenas, na realidade. Hoje em dia, o número de empresas exportadoras tem diminuído no Brasil. As empresas pequenas têm grande dificuldade para se articularem para exportar. Porque é preciso ter pessoal na empresa que saiba línguas estrangeiras, que esteja acostumado com a legislação dos outros países. Tudo isso é extremamente complexo. E ter acesso aos mercados. Porque não é assim, não se exporta se não há um comprador do outro lado. Tem que descobrir um comprador, não é?

Então, a proposta do Ministro Afif Domingos... É Afif Domingos, não é? (*Pausa.*)

É uma coisa que talvez não esteja dentro das regras do Mercosul. Do Mercosul não, do mundo. Porque, em geral, a tarifa aduaneira não é cobrada pelo tamanho da empresa, mas sim pelo produto. Tanto faz que a empresa seja grande ou pequena. Eu não quero, digamos,... Tudo é possível hoje em dia. Hoje, ninguém está cumprindo norma nenhuma. Nenhum país está cumprindo norma nenhuma. De modo que tudo é possível.

Por exemplo, o acordo automotivo entre o Brasil e a Argentina, que regula 50% a 60% do comércio, regula o comércio. Quando, a rigor, isso não deveria ser permitido dentro de uma união aduaneira. Não deveria ser. E ninguém contesta isso na Organização Mundial do Comércio porque interessa às grandes montadoras. As grandes montadoras é que montaram esse acordo. Então, ninguém, nenhum país vai à Organização Mundial do Comércio contestar.

Quem sabe, se o Brasil e outros países do Mercosul, para começar, determinarem que há uma preferência para as empresas pequenas, eu acho que é possível. Não é impossível. A empresa se registra, é considerada de uma certa dimensão, e você dá a tarifa zero. Dentro do Mercosul, as empresas já têm tarifa zero. Para outros países da América do Sul fora do Mercosul também já há tarifa zero. De modo que, talvez, isso teria que ser examinado com mais calma, não é?



Enfim, só para a questão das grandes empresas. Quando uma grande empresa vai instalar-se em um país tem que ter todo tipo de permissão. Então, é perfeitamente possível ao governo estabelecer que uma grande empresa que está fazendo um grande investimento cumpra determinados requisitos na área de pesquisa científica, e assim por diante, tendo em vista que muitas dessas empresas recorrem à poupança do trabalhador, que é o dinheiro do BNDES. São empresas multinacionais gigantescas e que tomam os recursos do trabalhador para gerar lucros para serem remetidos.

Então, é perfeitamente possível ao governo, em querendo. Em querendo!

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Embaixador.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero agradecer à Profª Monica Bruckmann, que representa aqui a Unasul; ao nosso Prof. José Carlos Assis, que é Presidente da Intersul; e ao nosso grande professor, nosso Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, e reafirmando a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos amanhã, às 10 horas.

Muito obrigado a todos os senhores e senhoras aqui presentes.

(Iniciada às 19 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 29 minutos.)